



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE

21/03/07

Celeste Correia

REQUERIMENTO N<sup>o</sup> .1126/X (2a) - AC

(De 21/03/2007)

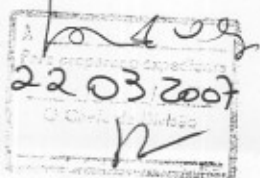
Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da República  
Dr. Jaime Gama

Assunto: Requerimento a S. Exa. o Ministro da Ambiente sobre os atrasos no programa Polis da Costa da Caparica, sobre os prazos agora previstos para a sua concretização.

No passado dia 20 do corrente, as marés vivas, que se fizeram sentir na Costa da Caparica, destruíram parte do cordão dunar invadiram os parques de campismo do Clube de Campismo de Lisboa, do Inatel e da GNR, causando natural alarme junto da população da Costa da Caparica.

Na deslocação que o deputado e líder do PSD realizou à Costa, acompanhado pelo deputado José Eduardo Martins e do presidente da Junta, presença permanente junto dos órgãos de comunicação social, acusou o actual governo de ter atrasado o programa Polis da Costa e, assim, ter impedido a concretização de obras que impedissem a invasão dos parques de campismo pelo mar.

Embora o Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional tenha refutado a acusação venho, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais solicitar a V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

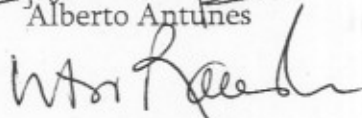


1. Em que anos se realizaram os cortes orçamentais no programa Polis da Costa da Caparica.
2. Eram exactas as fundamentações apresentadas na Assembleia da República, por parte do então Secretário de Estado e actual deputado José Eduardo Martins, que as obras do Polis não podiam ser financiadas devido à atribuição da gestão à Parque-Expo, sem concurso público.
3. Quais as decisões assumidas pelo actual governo relativamente ao programa Polis da Costa e para quando a execução definitiva dos diferentes planos de pormenor.
4. Face ao sucedido, nos últimos dias, qual a posição do Ministério que V. Exa. dirige relativamente às intenções de construção na zona contígua à praia, em particular, a construção de 144 moradias que a Câmara pretende edificar no jardim urbano de Santo António para realojamento das famílias que aí tinham construído clandestinamente.

Os deputados



Alberto Antunes



Vitor Ramalho